

As origens das práticas de Gestão da Informação: as quatro gerações de uso da informação nos modos de produção

Paulo de Castro Gonçalves (ALMG) - paulosalate@gmail.com

Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG) - casal@eci.ufmg.br

Resumo:

No contexto da Ciência da Informação, encontram-se estudos sobre a Gestão da Informação orientada para a organização e uso da informação nas empresas. Atualmente, há poucos estudos que definam claramente o nascimento da prática da informação nos primeiros modos de produção. O objetivo da pesquisa é traçar as origens históricas das práticas de Gestão da Informação nas organizações. A metodologia empregada é estritamente teórica, desenvolvida com base na pesquisa das principais fontes da área e, também, de áreas correlatas. A primeira parte é orientada a sugerir um objeto para a Gestão da Informação, de modo a tornar possível identificar as suas origens práticas. A segunda parte é orientada a investigar as origens históricas das formas de uso e apropriação da informação pelas empresas, desde as primeiras formas de produção até o aparecimento da Sociedade da Informação. A pesquisa permitiu a identificação de possíveis linhas de pensamentos distintas de entendimento da Gestão da Informação ou tentativas de resposta a esse suposto objeto, denominadas, de modo mais genérico, de quatro gerações de uso da informação pelos modos de produção.

Palavras-chave: *Ciência da Informação. Gestão da Informação. Gestão do Conhecimento. Epistemologia.*

Área temática: *Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação*

As origens das práticas de Gestão da Informação: as quatro gerações de uso da informação nos modos de produção

Resumo: No contexto da Ciência da Informação, encontram-se estudos sobre a Gestão da Informação orientada para a organização e uso da informação nas empresas. Atualmente, há poucos estudos que definam claramente o nascimento da prática da informação nos primeiros modos de produção. O objetivo da pesquisa é traçar as origens históricas das práticas de Gestão da Informação nas organizações. A metodologia empregada é estritamente teórica, desenvolvida com base na pesquisa das principais fontes da área e, também, de áreas correlatas. A primeira parte é orientada a sugerir um objeto para a Gestão da Informação, de modo a tornar possível identificar as suas origens práticas. A segunda parte é orientada a investigar as origens históricas das formas de uso e apropriação da informação pelas empresas, desde as primeiras formas de produção até o aparecimento da Sociedade da Informação. A pesquisa permitiu a identificação de possíveis linhas de pensamentos distintas de entendimento da Gestão da Informação ou tentativas de resposta a esse suposto objeto, denominadas, de modo mais genérico, de quatro gerações de uso da informação pelos modos de produção.

Palavras-chave: Ciência da Informação. Gestão da Informação. Gestão do Conhecimento. Epistemologia.

Área Temática: Temática II: Transcompetências: diferenciais dos usuários e do profissional da informação.

1 INTRODUÇÃO

De uma maneira mais consensual, considera-se que a Ciência da Informação (CI) nasceu a partir da inquietação com a rápida expansão dos registros científicos, incitada pelo enorme financiamento governamental durante a Guerra-fria, que conduziu à gênese de uma 'nova' área de investigação para enfrentar o problema do crescimento, organização e disseminação do conhecimento registrado. Atualmente, acredita-se que essa ciência encontra-se em permanente evolução, atingida pelo imperativo tecnológico, pelo crescimento da Sociedade da Informação e, finalmente, pelas mudanças de suas relações interdisciplinares. Dentro da CI, encontram-se estudos sobre a Gestão da Informação (GI), que advertem para sua importância, especialmente para a organização e uso dessa informação nas empresas.

A GI, tal como a CI, também se consolidou em meados do século XX, contudo, a data de seu nascimento é um pouco imprecisa. Davenport (1998, p. 9) é um dos primeiros a identificá-la, afirmando que o campo veio ganhar mais destaque

em 1986, após uma empresa nomear o seu setor de *marketing*, como Consultoria em Administração da Informação. Entretanto, Barbosa (2008, p. 6) parte do entendimento de que a moderna GI nasceu a partir dos trabalhos de Paul Otlet, principalmente depois do livro *Traité de documentation*, publicado em 1934. Alvarenga Neto (2008, p. 42) já defende que a GI teve sua origem no Gerenciamento de Recursos Informativos (GRI), de Robert Taylor, em 1960. Para ele, a GRI detinha duas abordagens, uma tecnológica e outra integrativa, de modo a funcionar como uma espécie de caminho convergente para problemas informativos.

Partindo dessa pontuação, coloca-se como problema e questão de pesquisa: quais as origens práticas da GI e sua evolução, até os dias atuais?

Esse estudo faz-se relevante, primeiramente, pois são poucos os trabalhos que abordam a questão da origem da prática da GI. Parte-se do pressuposto que, para melhor entender o porquê de um fato, é imprescindível conhecer sua gênese, ou seja, o motivo de sua concepção, o que levou à sua construção e o que demandou seu surgimento. Todo fato nasce para atender a uma necessidade pontual e conhecer essa razão é primordial para apreender o próprio fato. Conhecer a origem de algo induz a um entendimento melhor desse 'algo', como seus focos, suas prioridades, sua evolução e porque se comporta de uma determinada maneira e não de outra. Como diria Kuhn (2006) toda teoria nasce para esclarecer um fenômeno natural ou factual.

O objetivo principal da pesquisa é: traçar as origens históricas das práticas de GI e GC nos modos de produção. Para o detalhamento do objetivo geral, é imprescindível delinear, mesmo que minimamente, o enquadramento epistemológico da GI. Apenas, através desse entendimento epistemológico, admissível por meio de um objeto, ainda que precário, seria plausível deliberar, com maior lucidez, seu aparecimento, enquanto prática e, posteriormente, sua teorização. Para tanto, é necessário alcançar os seguintes objetivos específicos: apontar as origens orais e organizacionais das práticas informativas, nos primeiros modos de produção; e mapear as origens práticas de criação de informação e conhecimento, nos primeiros modos de produção até a empresa moderna.

A proposta de pesquisa é estritamente teórica, desenvolvida com base na bibliografia produzida na CI e áreas correlatas, de forma a responder o problema e

alcançar os objetivos apontados. Por meio dessa observação foi possível apresentar uma proposta de gerações de entendimento da GI, ou seja, linhas de pesquisa que procuram responder ao seu objeto, sendo elas: primeira geração, transmissão oral de conhecimento, antecessora do conhecimento registrado; segunda geração, organização dos registros do conhecimento, datada do surgimento das primeiras bibliotecas universitárias, particulares e especializadas; terceira geração, criação de informação estratégica, dos modelos gerenciais até a automação das empresas; e quarta geração, gestão do conhecimento, quando o foco tornou-se gerir – criar, organizar e transmitir – o conhecimento.

2 O OBJETO E AS QUATRO GERAÇÕES DA GI

Com vistas a esclarecer a origem prática das formas de manejo da informação pelos modos de produção, é necessário, inicialmente definir, mesmo que minimamente, o objeto da GI. Como uma prática de investigação, que de fato é, deve, obrigatoriamente, contar com um objeto de investigação, que dê norte a suas pesquisas. Embora a GI e a GC sejam consideradas distintas, para efeito do desenho de um objeto de pesquisa que seja comum, considerar-se-ão as duas como sendo, para esse fim específico, dotadas de um mesmo significado teórico. Para a caracterização do possível objeto da GI ou GC, seria necessária uma vasta investigação literária. Contudo, por ausência de espaço e propósito, utilizar-se-á apenas uma metodologia ou um modelo científico já constituído.

Para Moraes (2002), o objeto de pesquisa é o questionamento do pesquisador, é o conhecimento do sujeito com lacunas; e é o objeto que orienta a área no sentido de apreender um novo saber, fazer ou forma de ser. Para identificar um objeto, primeiro é preciso delimitar um segmento no discurso e os paradigmas serão orientados a solucionar problemas específicos desse segmento, pois o pesquisador somente os deslumbra por meio de seus próprios olhos. O autor menciona, ainda, que o objeto de uma área específica só torna-se concreto, quando são definidas, com exatidão, as fronteiras dessa área, ou seja, por meio da delimitação do objeto de pesquisa. Isso implica em afastar uma parte de um todo maior, implica em fragmentação. Contudo, concebendo-se que a realidade e os fenômenos como um todo são integradores e complexos, identificar essa

fragmentação torna-se sempre problemático. No entanto, a demarcação é essencial para que os temas focalizados tenham efetivamente sentido e validade contextual.

Além disso, essa gradativa delimitação e explicitação de um conteúdo de pesquisa são garantias de que o pesquisador está aproximando-se da resposta do objeto. Desse modo, sugere-se que o objetivo de uma pesquisa é compreender seu objeto, muito embora a construção desse objeto nunca se conclua de fato. González de Gómez (2001, p. 7) também afirma que o objeto precisa ser demarcado, delimitado, de modo a tornar mais evidente suas fronteiras.

A maioria dos pesquisadores defende que o objeto de estudo da GI ou GC é a própria informação e o próprio conhecimento no contexto organizacional, e essa é, de certo modo, a vertente usada por esse ensaio. Buscando-se respaldo referencial, podem ser citados os principais autores da GI ou GC. Para Alvarenga Neto (2005, p. 18):

A GC deve ser aqui compreendida como o conjunto de atividades voltadas para a promoção do conhecimento organizacional, possibilitando que as organizações e seus colaboradores possam sempre se utilizar das melhores informações e dos melhores conhecimentos disponíveis, com vistas ao alcance dos objetivos organizacionais e maximização da competitividade.

Para Choo (2003), a GI também se refere à promoção da informação e conhecimento no contexto organizacional. Entretanto, ele determina, de modo mais restrito, a empresa como sendo orientada para o conhecimento apenas ou em busca do conhecimento, apesar de seu modelo estratégico considerar informação a conversão do conhecimento e seu uso:

Em um primeiro nível, a organização do conhecimento é aquela que possui informações e conhecimentos que a tornam bem informada e capaz de percepção e discernimento. Num nível mais profundo, a organização do conhecimento possui informações e conhecimentos que lhe conferem uma vantagem, permitindo-lhe agir com inteligência, criatividade e, ocasionalmente, com esperteza (CHOO, 2003, p. 17).

Barbosa (2008) resume e sacramenta a discussão em torno do consenso desse entendimento do objeto da GI, ao assumir que:

Peter Drucker, Ikujiro Nonaka, Hirotaka Takeuchi, Thomas Stewart, Thomas Davenport, e Larry Prusak, procuram focalizar a questão do conhecimento dentro de contextos organizacionais. Em seu conjunto, a mensagem desses autores é clara: a informação e o conhecimento se transformam, cada vez mais, em importantes fatores de transformações econômicas e sociais (BARBOSA, 2008, p. 4).

A visão preliminar desse objeto da GI esconde, por demasia, a complexidade teórica, política e pragmática dessa tentativa de caracterização. Apesar disso, considerando como a delimitação do objeto – a informação e o conhecimento no contexto organizacional – pode-se atribuir a ela um caráter ‘disciplinar’ por natureza, que teria como possível objeto de estudo: Como a informação e o conhecimento articulam-se nas organizações? Como ocorre o manejo da informação e do conhecimento no contexto organizacional? E quais as melhores formas de gerir a informação e o conhecimento nos modos de produção?

De certa maneira, pela abordagem de alguns trabalhos científicos, como a de Pinheiro (1991), a delimitação do objeto da GI poderia ser restrita a ‘organizar’ ou ‘tratar’ a informação no contexto organizacional. Esses trabalhos advêm de autores principalmente ligados à CI, que entendem a GI como meio de tratamento da informação. Contudo, outros trabalhos surgiram, com o intuito de ampliar essa visão, principalmente a abordagem que defende a GC. Por essas razões, o objeto da GI não se delimita a ‘organizar’ ou ‘tratar’ a informação, no contexto empresarial. Muito pelo contrário, os principais conceitos de GI e GC que se consolidaram na literatura foram aqueles que propunham um olhar global para a informação e o conhecimento, interdisciplinar por natureza e que se articulava em todas as esferas da organização. Embora os primeiros estudos estivessem orientados à ‘gerência’ da informação e conhecimento, o que induziria a um controle, mais próximo das correntes teóricas da TO, a medida em que os estudos foram intensificando-se, o caráter interdisciplinar começou a sobressair-se, principalmente porque o próprio conceito permeava a informação e conhecimento em contextos múltiplos e fruto de investigação e atuação de profissionais diversos. Por esse motivo, por exemplo, as pesquisas em GI e GC consolidaram-se tanto na Biblioteconomia e CI como na TO.

3 TRANSMISSÃO ORAL DO CONHECIMENTO

Parte-se do pressuposto que a prática do conhecimento esteve presente, considerando o objeto a apropriação e uso do conhecimento nas organizações, desde os primórdios das formas de produção. Desde a antiguidade, delineando a invenção da roda como o ponto de partida para o nascimento dos meios de produção, até o século VIII d.C., o regime de produção esteve limitado a artesãos e à mão de obra intensiva e não qualificada, principalmente a mais direcionada à agricultura. Pode-se indagar que o conhecimento era base para construção dos pilares dessa produção, desde o manifesto da vontade de venda e a necessidade de negociação com outros artesãos, até a relação de aprendizado entre artesão e discípulo. Pode-se suscitar que o conhecimento sempre percorreu e se manifestou nos modos de produção, desde a primeira forma de produção direcionada a coletividade, que não o próprio consumo.

É importante ficar claro que se parte do pressuposto da existência de transmissão de conhecimento na antiguidade, entretanto não se considera a existência da noção de 'gestão', menos ainda uma área de estudos dedicada a esse fim. Na verdade, nem 'gestão' nem 'conhecimento' eram problemas colocados à época, tal como objetos de reflexão reconhecidos como tais. Não havia, ainda, sequer uma mentalidade de 'gestão'. Todas as manifestações de conhecimento da humanidade, sob a ótica dos modos de produção, até a consolidação das primeiras teorias da CI, TI e TO, que se iniciam no final do século XIX e início do século XX, são absolutamente práticas, portanto, menos sistemáticas e mais intuitivas, e que, de forma alguma, tratam de reflexões ou abstrações.

Ela nasceria junto com os primeiros modos de produção da sociedade ao qual se conhece, dando suporte, sobretudo, à produção agrícola das sociedades egípcias, grega e romana, e, depois, às relações de trabalho entre os mestres e aprendizes no renascimento das cidades no século XI. A transmissão oral de conhecimento se daria pela comunicação oral, informal, por meio da oralidade. Ela ocorria porque as formas de escrita ainda não estavam estruturadas, ou então, grande parte dos indivíduos que detinham os modos de produção ainda não sabia ler ou escrever. Ela funcionou eficientemente em uma época em que o conhecimento e o domínio do conhecimento a respeito do modo de produção eram pequenos e simplistas demais, que demandassem qualquer fórmula mais aprofundada de tratamento. O responsável pelo modo de produção dominava

sozinho todo o processo e todo conhecimento a respeito de seu ofício. Partindo dos pressupostos históricos de Childe (1947), acredita-se que o conhecimento oral, nessa época, era transmitido de três formas: natural, imposição e apropriação.

A primeira, de forma natural, ocorria tanto através dos descendentes nas sociedades antigas, o que garantia que as formas de plantio e as práticas de agricultura continuassem e evoluíssem através das gerações, como, também, através da relação mestre/aprendiz na produção artesanal dos primeiros burgos, conforme pode ser comprovado pela citação de Martins:

Com o passar do tempo nasceriam as associações entre trabalhadores artesãos, que adotaram diferentes denominações nas várias regiões onde se formaram, conhecidas entre nós como *corporações de ofícios* ou *guildas*. Este novo sentido atribuído às associações urbanas não se manteve, por sua vez, estático. Elas representavam os interesses dos mestres de ofícios mais destacados e garantiam a permanência de um relativo poder onde o mestre atuava. Aprendizes e artesãos simples, cujo deslocamento entre ofícios era algo raro e restrito, mantinham-se sob a esfera de controle daqueles que, de alguma forma, detinham o monopólio do conhecimento, do ensino, da profissionalização e a prerrogativa de comercializarem as obras executadas em suas oficinas (MARTINS, 2007, p. 11-12).

A segunda, por meio da *imposição*, era utilizada, sobretudo pelas sociedades mais estruturadas e com formas de cultivo e produção mais elaboradas, quando conquistavam uma tribo ou outra sociedade.

A terceira, por meio da *apropriação*, ocorria quando a sociedade ou tribo conquistada possuía ou estava mais avançada sob algum aspecto do modo de produção, de forma que os conquistadores poderiam apropriar-se do conhecimento dos conquistados, de modo a alterar as formas de manejo de produção e adaptar-se. Childe (1947) defende que essa prática de apropriação de conhecimento era muito comum no império romano, que governou o mundo do século VI a.C., até o século VI d.C.

Os primeiros modos de produção da sociedade utilizavam-se de uma quantidade pequena de conhecimento registrado, comparados com outras épocas. Isso induz a acreditar que não havia, portanto, complexas formas de tratamento desse conhecimento. Ao passo que os modos de produção ganhavam contornos evolutivos, tal como a própria estruturação das relações de comércio da sociedade, a quantidade de conhecimento registrado aumentava e seu aprendizado demandava

mais tempo, mais dedicação e mais esforço. Isso permite indagar que, à medida que a sociedade e seus modos de produção evoluíam, a coleção de informações crescia e as bibliotecas surgiam para organizar esse conhecimento.

4 ORGANIZAÇÃO DOS REGISTROS DO CONHECIMENTO

A segunda geração, a organização dos registros do conhecimento, nasceria, também, antes da teorização da GI, com o aparecimento das primeiras obras registradas, com o objetivo de subsidiar os modos de produção. Entretanto, seu marco inicial poderia ser datado da evolução provocada pela própria alteração da conjuntura da sociedade. As relações de comércio intensificaram-se e tornaram-se complexas com o aparecimento das instituições financeiras, das companhias de comércio, com a valorização do capital comercial, etc., o que levou à multiplicação de obras registradas. Alia-se a isso, o aparecimento da imprensa.

Com a expansão marítima, sobretudo, eram necessários conhecimentos avançados e estruturados para a concretização de uma nova rota de comércio para as Índias. Assim, de acordo com Zurara (1942) aparecem as primeiras bibliotecas especializadas, voltadas para organizar a informação dos modos de produção. Villalta (1988) acredita que as bibliotecas particulares e universitárias também tiveram uma participação importante, principalmente no suporte às primeiras profissões, como direito, medicina, religião e artes. Dentro dessa conjuntura, a informação tornou-se importante e vital para essa nova sociedade, mercantil e capitalista, principalmente a informação impressa e formal, de fácil transmissão e assimilação.

O foco tornou-se a seleção de fontes de informação para uso e a organização da informação garantia o acesso a essas fontes. As bibliotecas, desse modo, passaram a dar suporte à criação de outros conhecimentos e à própria expansão da sociedade. Impulsionaram, também, a revolução industrial, garantindo os avanços tecnológicos necessários para a mecanização da manufatura. O nascimento da Biblioteconomia favoreceu o desenvolvimento das práticas de bibliotecas, assim como os serviços por elas prestados para a indústria. Esse estudo do conhecimento, motivado pelas bibliotecas especializadas, para entender o contexto industrial, poderia ser denominado de 'Paradigma Documental'. Com o surgimento da

Documentação e da CI, as vertentes mais atreladas à Biblioteconomia humanista e erudita deram lugar a uma Biblioteconomia tecnicista e positivista. Com a introdução da informática, sobretudo, as bibliotecas passaram a ganhar mais destaque nas empresas, sendo importante destacar que as atuais pesquisas apontam a organização dos registros do conhecimento como a mais importante prática de GI.

5 CRIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA PARA A TOMADA DE DECISÃO

A terceira geração, a criação de informação estratégica para a tomada de decisão, nasceria pela apropriação da GI pela TO e pela TI. Isso ocorreria, sobretudo, na década de 1970, quando uma crise mundial de energia atingiu profundamente as indústrias ocidentais, levando à expansão dos segmentos automobilísticos orientais. Chiavenato (2004) chama atenção que as organizações do oriente apostavam em um modelo capitalista denominado, na época, de capitalismo social, e, hoje, chamado de organizações do conhecimento. As indústrias japonesas, principalmente, estavam mais afastadas do modelo fordista de negócios, apostando em uma produção em baixa escala e mais personalizada, o que as conduziu à superação da crise. Tal acontecimento desencadeou uma transformação nos modelos de produção ocidentais, levando as organizações a demandarem um tipo de informação específica, que proporcionaria melhor o entendimento de seus consumidores, concorrentes, mercados e próprios colaboradores.

Como essa informação não poderia ser adquirida pelas bibliotecas de fontes externas, era necessário que a própria empresa a criasse. Dessa conjuntura nasceram os modelos gerenciais e os sistemas de informação, com a promessa de criarem informação estratégica para dar ao gerente suporte para a tomada de decisão. Essa mudança de valores, na indústria, de acordo com Castells (1999), vai ao encontro com a nova estruturação da sociedade, mais voltada para a informação. E, essa informação era substancialmente explícita, caracterizada, sobretudo, pelo uso do artefato físico. No entanto, parte dos modelos gerenciais acabou revelando-se apenas uma moda, motivado, principalmente, pelo distanciamento com os objetivos estratégicos da empresa. Esse movimento teórico da TO, em busca da elaboração desses modelos, poderia ser denominado de 'Paradigma Operacional'.

As pesquisas da TI pela conversão da trindade informacional, via automação, induziriam a um 'Paradigma Tecnológico', como resposta ao objeto informação no contexto organizacional. Davenport (1998) direciona sua pesquisa à crítica ao 'Paradigma Tecnológico', buscando um entendimento que articulasse a criação de informação estratégica à organização dos registros do conhecimento. O fruto dessa articulação poderia ser chamado de 'Paradigma Ecológico'.

6 A GESTÃO DO CONHECIMENTO

A quarta geração, a gestão do conhecimento, nasceria, também, no âmbito da TO. Ela surgiria da preocupação com o conhecimento que reside na mente dos colaboradores, conhecimento esse implícito, pessoal e tácito, e que poderia conduzir a empresa a inovações. O conhecimento pessoal, entretanto, acabou ganhando maiores proporções na literatura, não se restringindo apenas à geração de inovações, mas revelando-se importante, também, para o contínuo de atividades e rotinas. Para essa geração, o conhecimento implícito e tácito seria o foco principal, pois seria a garantia do correto funcionamento das rotinas, resolução de problemas pontuais e, principalmente, garantia de inovação à empresa.

Todavia, esse conhecimento caracterizou-se pela dificuldade de armazenamento e manipulação em nível explícito. Quando o colaborador desligava-se da empresa, levava consigo todos esses conhecimentos considerados específicos e particulares pelos executivos. Em vista disso, esses conhecimentos atualmente são valiosos e precisam permanecer na empresa, independente do colaborador. Isso induz a acreditar que, antes, na era industrial, o funcionário não precisava de conhecimentos complexos para executar sua atividade. Depois da crise de 1970 e do surgimento do capitalismo social, a regra era apostar no colaborador e nos conhecimentos que ele poderia ofertar. De acordo com Barreto (1998) agora, a preocupação é que esse conhecimento seja independente do funcionário, ou seja, que ele possa ser explicitado e, em seguida, armazenado para uso por toda a empresa.

Como esse conhecimento é dificilmente gerado de forma espontânea, os teóricos da quarta geração desenvolveram modelos e teorias, com o intuito de garantir a externalização desse conhecimento e sua difusão entre os membros da

empresa. Atualmente, a maioria dos teóricos entende a GC como resposta ao objeto da GI, ou seja, a melhor maneira de gerenciar a informação dentro da empresa. Nonaka e Takeuchi (1997) foram os pioneiros, sugerindo o que seria um ‘Paradigma Cognitivo’ para entender o conhecimento; Choo (2003) já recomenda um ‘Paradigma Estratégico’, entendendo o conhecimento como insumo estratégico; Von Krogh, Ichijo e Nonaka (2001) apontam um ‘Paradigma Cultural’, por entenderem que o conhecimento só pode manifestar-se em um contexto culturalmente capacitante; e Alvarenga Neto (2005) propõe um ‘Paradigma Processual’, por defender que a gestão de qualquer conhecimento é um processo que vai do estratégico, passando pelo tácito, resultando no operacional.

A Tabela 1 apresenta todas as gerações, sendo elas: a transmissão oral de conhecimento, a organização dos registros do conhecimento, a criação de informação estratégica e a gestão do conhecimento. Todas as quatro gerações são contextualizadas com os focos principais, suas áreas de origem, as teorias capitais e os marcos iniciais.

TABELA 1 - As quatro supostas gerações da Gestão da Informação

Geração	Focos	Áreas	Teorias	Data inicial
Primeira geração: Transmissão Oral da Informação	Oralidade	Não possui	Não possui	Primeiros modos de produção
Segunda geração: Organização dos Registros do Conhecimento	Práticas de organização	CI	Paradigma documental	Expansão marítima
Terceira geração: Criação de Informação Estratégica para a Tomada de Decisão	Criação de Informação	TO e TI	Paradigma operacional Paradigma tecnológico Paradigma ecológico	Revolução industrial
Quarta geração: Gestão do Conhecimento	Criação, organização e transmissão de Conhecimento	TO e CI	Paradigma cognitivo Paradigma estratégico Paradigma cultural Paradigma processual	Sociedade da Informação

Fonte: Elaborado pelo autor.

7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A GI é considerada, atualmente, uma técnica utilizada para alcançar a GC no âmbito organizacional, e considera-se que ela se consolidou em meados do século XX. Contudo, ao estudar a evolução das práticas de informação, ao longo da história dos primeiros modos de produção até a Sociedade da Informação, foi possível iniciar alguns questionamentos acerca desse entendimento. Nesse sentido, o tema suscitou reflexões acerca da hipótese de que os primeiros modos de produção da humanidade dependiam de informação e conhecimento para sua consolidação e desenvolvimento. O ensaio provocou, também, a reflexão a respeito do papel da biblioteca na organização e arranjo dos primeiros registros do conhecimento utilizados pelos modos de produção. Para tal, foi necessário sugerir um suposto objeto de estudo da GI ou GC, com o intuito de mapear, ao longo de uma evolução história e teórica, os primeiros apontamentos em busca de resolver os problemas práticos dessa, então, nova área.

Uma vez sugerido o objeto, foi possível iniciar uma excursão histórica ao longo das práticas dos modos de produção da sociedade e identificar a evolução do entendimento do que seria a própria GI, ou melhor, do entendimento de qual seria a melhor resposta ao objeto da GI, o que, conseqüentemente, permitiria, também, o deslumbramento de sua origem prática. Foi possível sugerir que os primeiros modos de produção da sociedade utilizavam a oralidade como forma de transmissão do conhecimento. Ao passo que a sociedade e as formas de comércio tornaram-se complexas, o conhecimento e a informação necessários para os modos de produção cresceram em quantidade, principalmente com a invenção da imprensa, sendo vital a construção de uma lógica e sistemática de organização, para tratar e disseminar essa informação. Com a revolução informacional e a crise energética na década de 1970, tornou-se imprescindível que a própria empresa criasse sua informação para a tomada de decisão. Atualmente, com a nova conjuntura da sociedade, orientada para a informação, é primordial o uso do conhecimento, principalmente o pessoal, para todas as práticas de negócios das empresas.

Como lembra França (2005), os objetos não são manifestações naturais, nem recortes de leis intrínsecas, mas construídos e dispostos pelo olhar do pesquisador. E, ainda, por mais que os recortes de datas sejam imprecisos, pois a constituição de

fatos se dá de forma evolutiva, o delineamento histórico da articulação da informação nos primeiros meios de produção até os dias atuais mostrou-se valioso, por colaborar ao esclarecimento do estado da arte presente e do porquê da estrutura da própria concepção da GI. Inclusive para iniciar questionamentos acerca de novos entendimentos, como, por exemplo, não seria a criação de uma associação específica de bibliotecas especializadas um apontamento para o nascimento de uma teoria que queira estudar o fenômeno da informação dentro da empresa? A pesquisa, assim, acabou não resultando na busca de datas precisas para as origens, mas em gerações de entendimento das mesmas. Esse excursionismo histórico foi importante, também, à CI, por reforçar o papel da instituição 'biblioteca' na organização da informação dos modos de produção contemporâneos, além de assinalar sua ausência nos atuais estudos em GI. Essa ausência pode ser maléfica ao avanço do campo, pois se acredita que a instituição biblioteca esteve atrelada, durante grande parte da história, às práticas de informação dos modos de produção.

Assim, a pesquisa conduziu à identificação, mais do que a definição de datas pontuais de origens, de possíveis linhas de pensamentos distintas de entendimento da GI ou tentativas de resposta a esse suposto objeto, que aqui podem ser denominadas, de modo mais genérico, de as quatro gerações da GI. Essas gerações são resultado da pesquisa ora realizada, apresentadas de forma ainda preliminar. Elas são frutos do caminho percorrido dessa investigação e buscam a sistematização de todo o percurso histórico. Pesquisas próximas podem ser realizadas de modo a articular essas gerações com os principais 'paradigmas' teóricos da GI. Acredita-se que muitas de suas teorias – advindas de seus principais pesquisadores: Davenport, Nonaka, Choo, Alvarenga Neto – possam ser agrupadas nessas supostas gerações de entendimento do que seria a GI, ou melhor, gerações que teriam a função básica de tentar responder ao seu objeto. Isso porque, estima-se que essas hipotéticas gerações de tentativas de resposta ao objeto estão profundamente influenciadas pela história e evolução dos modos de produção. Essas gerações apontariam para a transmissão oral de conhecimento, a organização dos registros do conhecimento, a criação de informação estratégica e a gestão do conhecimento. Contudo, apesar do período histórico ser o delineador, não haveria uma substituição das práticas, pois cada ciclo temporal não se fecharia no advento do outro.

Todas essas sugeridas gerações seriam representativas do contexto empresarial contemporâneo, nada obstante, em cada momento da história, a sociedade elegeu seu melhor representante.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Corrêa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. 2005. 400 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ALVARENGA NETO, Rivadávia Corrêa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Ed. Saraiva, 2008. 236 p.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n. esp., p. 1-25, 2008.

BARRETO, Aldo Albuquerque. Mudança estrutural do fluxo do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p. 122-127, maio/ago. 1998.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999. 617 p. (A era da Informação: economia, sociedade e cultura; 1).

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004. xxviii, 634 p.

CHILDE, V. Gordon. **O homem faz-se a si próprio**: o progresso da humanidade desde as suas origens até o fim do Império Romano. Lisboa: Cosmos, 1947. 504 p.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar conhecimento, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Ed. Senac, 2003. 421 p.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. 6. ed. São Paulo: Futura, 1998. 316 p.

DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o Século XXI**. São Paulo: Pioneira Editora, 1999. 168 p.

DRUCKER, Peter. **Sociedade pós capitalista**. São Paulo: Pioneira Editora, 1994. 186 p.

FRANÇA, Vera Veiga. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. **Ciber Legenda**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, v. esp., n. 5, p. 1-19, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Para uma reflexão epistemológica acerca da Ciência da Informação. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2001.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2006. 257 p.

MARTINS, Mônica de Souza Nunes. **Entre a cruz e o capital**: mestres, aprendizes e corporações de ofícios no Rio de Janeiro (1808-1824). 2007. 238 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

MORAES, Roque. No ponto final a clareza do ponto de interrogação inicial: a construção do objeto de uma pesquisa qualitativa. **Educação**, Porto Alegre, v. 25, n. 46, p. 231-248, mar. 2002.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. 4. ed. Rio de Janeiro : Campus, 1997. 358 p.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. The new product development Game. **Harvard Business Review**, [s.n], p. 137-145, jan./feb. 1986.

PINHEIRO, Marisa Gurjão. Informação para indústria. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 16-19, jan./jun. 1991.

VILLALTA, Luiz Carlos. Bibliotecas privadas e práticas de leitura no Brasil colonial. In: MATTOSO, Kátia de Queirós; MUZART, Idelette; SANTOS, Fonseca; ROLLAND, Denis (Org.). **Naissance du Brésil Moderne, Actes du Colloque “Aux Temps Modernes: Naissance du Brésil”, Sorbonne, Mars 1997**. Traduit du portugais par Maria Lúcia Jacob Dias de Barros; Revu par Gérard Perrot. Paris; Sorbonne: Presses de l’Université de Paris, 1988.

VON KROGH, George; ICHIJO, Kazuo; NONAKA, Ikujiro. **Facilitando a criação de conhecimento**: reinventando a empresa com o poder da inovação. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2001. 350 p.

ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica dos feitos de Guiné**: trechos escolhidos: séculos XIII-XV: prosa. Lisboa: Livraria Clássica, 1942. 85 p. (Coleção Clássicos portugueses).